

Dimensões socioambientais de uma política de conservação na amazônia brasileira: implantação do programa bolsa verde na Resex Marinha Caeté-Taperaçu/PA.

Maycon Yuri Nascimento Costa y Tânia Guimarães Ribeiro.

Cita:

Maycon Yuri Nascimento Costa y Tânia Guimarães Ribeiro (2017). *Dimensões socioambientais de uma política de conservação na amazônia brasileira: implantação do programa bolsa verde na Resex Marinha Caeté-Taperaçu/PA. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/2496>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS DE UMA POLITICA DE CONSERVAÇÃO NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA VERDE NA RESEX
MARINHA CAETÉ-TAPEAÇU-PA**

Maycon Yuri Nascimento Costa

mayconyuri15@gmail.com

Universidade Federal do Pará

Brasil

Tânia Guimarães Ribeiro

ptolomeu@gmail.com

Universidade Federal do Pará

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A criação dos mercados de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs) surge como um dos mecanismos utilizados em políticas que procuram aliar a preservação ambiental com a redução da pobreza de famílias tradicionais que vivem em região de floresta. Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir alguns aspectos sobre o funcionamento e gestão do Programa Bolsa Verde (PBV) no âmbito de uma reserva extrativista marinha (RESEX), ressaltando-se suas dimensões socioambientais. O PBV é um programa recente, com início em 2011, que suscita indagações sociológicas sobre suas possibilidades de produzir mudanças no campo social e ambiental, notadamente nos territórios de conservação localizados na Amazônia. O estudo, de base qualitativa, analisa a questão na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, localizada no Município de Bragança, no Estado do Pará, na Amazônia brasileira. A base empírica da pesquisa foi constituída por: fontes primárias - entrevistas e observação participante; e complementadas por fontes secundárias – com coleta de dados institucionais em plataformas governamentais. A partir desses dados constitui-se uma análise sociológica sobre o processo de implantação do PBV, enfatizando-se a percepção de moradores e usuários da unidade de conservação em tela. Em conjunto com os dados oficiais apresentados pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e MMA (Ministério do Meio Ambiente) foi possível observar alguns descompassos entre as proposições e efetivação dessa incipiente política. São fatores relevantes a diferenciação de atores sociais, e, portanto de interesses conflitantes, agrupados na categoria genérica de beneficiários. Deve-se considerar também que, entre os dois eixos de desenvolvimento propostos nas políticas, o eixo da redução da pobreza tem se sobreposto ao da conservação. Paralelamente, numa perspectiva crítica, a categoria cidadão, que supõem pessoas portadoras de direitos, coloca-se como um contraponto às proposições normativas. A literatura sociológica, aqui contemplada, busca demonstrar que o reconhecimento do caráter essencialista das políticas públicas é um dos elementos relevantes para a análise crítica do processo social que envolve atores sociais diferenciados. Faz parte desse entendimento, pontuar o concerto internacional em torno da questão ambiental que influencia a adoção das políticas ambientais no contexto nacional e local. Os resultados apresentados ressaltam a importância da apropriação dos recursos financeiros no modo de vida dos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

usuários e moradores; assim como indagam sobre as possibilidades de atores de esferas sociais diferentes - do ICMBio e da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) – constituírem alianças que contemplem, por meio de uma política pública, a conservação ambiental e a redução da pobreza.

Palavras-Chave: Conservação Ambiental. Políticas Públicas. Pobreza. RESEX. Amazônia.

I. Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a concepção e gestão da política do Programa Bolsa Verde, no contexto de uma Reserva Extrativista Marinha (Unidade de Conservação). O local de estudo é a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, que se localiza no Município de Bragança, no Estado do Pará (Região Norte do Brasil).

As reservas extrativistas (RESEXs) foram instituídas pela Lei Nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, a partir do estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); já o Programa Bolsa Verde corresponde a uma política pública voltada a atender famílias que vivem em situação de extrema pobreza em comunidades rurais e unidades de conservação, com um benefício trimestral no valor de R\$ 300,00¹.

O Programa Bolsa Verde é um programa recente, com início em 2011, e surge como uma vertente de Pagamento por Serviço Ambiental e de Transferência de Renda para famílias em situação de extrema pobreza. O trabalho apresenta as seguintes questões: quais os principais avanços e dificuldades que o Programa Bolsa Verde representou para as famílias da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, em vista de seus dois eixos de ação – redução de pobreza e conservação ambiental? Quais são os atores que fazem parte do processo de implementação do Programa e qual a perspectiva ambiental que este contempla?

Neste cenário, as políticas públicas de conservação e da contribuição para a redução da pobreza, como o Programa Bolsa Verde, tornam-se mecanismos, no qual, remuneram-se

¹ Equivalia a aproximadamente US\$ 73,84 dólares no período de estudo (26 a 29 de Janeiro de 2016), com a média calculada de 1 dólar comercial no valor R\$ 4,063. O salário mínimo no mês de janeiro de 2016 era de R\$ 880,00 reais, correspondendo a média de US\$ 216,59.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

diretamente os agentes de práticas sustentáveis. Assim, a criação dos mercados de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs) surge como um dos mecanismos utilizados em políticas que procuram aliar a conservação ambiental com a redução da pobreza de famílias tradicionais que vivem em região de floresta.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa concluída e apresenta os principais aspectos sobre o funcionamento e gestão do Programa Bolsa Verde (PBV), no âmbito de uma reserva extrativista marinha (RESEX), ressaltando suas dimensões socioambientais.

II. Aspectos da discussão meio ambiente X pobreza.

Na agenda dos países a prioridade era reconstruir as sociedades que foram atingidas pela guerra e também “estabelecer uma ordem internacional hegemônica num contexto de grandes disparidades entre nações centrais, urbanizadas e industrializadas e os países periféricos predominantemente rurais e com baixa industrialização” (SCOTTO et al, 2007, p.15).

Assim, se consolidou o poder bipolar (Capitalismo X Socialismo) que se denominou como “Guerra Fria”. O desenvolvimento tornava-se o objetivo da política dos governos e dos organismos internacionais, por exemplo, a ONU e o Banco Mundial. Desse modo o desenvolvimento se identificava como “crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social” (SCOTTO et al, 2007, p.16).

A política desenvolvimentista promoveu a marginalização cultural de muitos setores populares e tradicionais além de acarretar em um problema maior que foi a contração de empréstimos e financiamento, que endividou os países. No entanto, esse modelo foi criticado, pois principalmente na América Latina a modernização do parque industrial e tecnológico não levou à redução da pobreza (SCOTTO et al, 2007).

A consciência da crise ecológica nos anos 70 veio somar-se às constatações do fracasso do desenvolvimento na solução dos problemas globais, denunciando a exploração ilimitada dos bens ambientais e a insustentabilidade social e ambiental por ele gerado (SCOTTO et al, 2007, p.19).

Na agenda internacional, com a conservação ambiental, as diversas reuniões e os acordos internacionais influenciaram as iniciativas governamentais para regular a exploração do meio



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ambiente no Brasil. Assim, esta preocupação resultou na elaboração de políticas públicas de caráter ambiental, especialmente na década de 1970, que representou o auge do reconhecimento dos problemas ambientais no mundo (ANDRADE, 2012).

A Constituição Federal de 1988, no Brasil (Art. 225 - Cap. VI), se configurou como a primeira legislação que tratou especificamente da questão ambiental, ao considerar a responsabilidade dos setores governamentais e da sociedade em geral pelo meio ambiente, tratando, assim, como uma questão de direito.

Neste cenário, as políticas públicas de conservação e de contribuição para a redução da pobreza, como o Programa Bolsa Verde, tornam-se mecanismos, no qual, remuneram-se diretamente os agentes de práticas sustentáveis. Assim, os pagamentos por serviços ambientais (PSAs) são meios de compensações financeiras que:

[...] têm tido grande uso nas políticas públicas de países desenvolvidos e em via de desenvolvimento, notavelmente como fonte de complementação de renda a produtores e famílias situadas em regiões de preservação ambiental. Os PSAs garantem, por meio do pagamento de uma dada quantia financeira, a preservação e conservação de áreas ambientais. Tais pagamentos favorecem as práticas sustentáveis, ora atuando como benefícios superiores ao custo de oportunidade da não preservação, ora como incentivo complementar, especificamente naqueles casos em que o produtor é legalmente obrigado a preservar determinadas áreas (SIMÃO et al., 2013, p.85).

O governo da Costa Rica foi o pioneiro nesses programas, mas outros países da América Latina também implantaram essas políticas. Esses programas apresentam-se como políticas públicas que buscaram aliar a conservação ambiental e a inclusão social, a partir do combate à pobreza das populações que vivem nas regiões de floresta e da conservação dos recursos naturais existentes (Ministério do Meio Ambiente, 2013). Todavia os Programas de Pagamentos por Serviços Ambientais também são passíveis de críticas e questionamentos, como apresenta Sawyer (2011).

[...] Um dos riscos de pagar alguns produtores por seus serviços prestados é que sugere que os outros todos que não receberem esses pagamentos não são obrigados a se comportar corretamente. Outro risco é a sugestão de que quem começa com PSA, mas depois deixa de receber a qualquer momento, tem direito de destruir. Existe, ademais, o problema do “carona”. Nesse caso, produtores rurais que não protegem a natureza beneficiam-se gratuitamente dos serviços prestados pelos produtores que sacrificam a produção em benefício da natureza (SAWYER, 2011, p.38).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Percebe-se assim que entre as preocupações ambientais se inserem a relação com os serviços ambientais e a prioridade no plano político da erradicação da extrema pobreza, este colocado como um dos grandes problemas globais atuais, conforme apresentado no documento final do RIO + 20, em 2012 (CABRAL et al, 2014).

O “Plano Brasil Sem Miséria”, instituído em 2011, possui como objetivo retirar 16,2 milhões de pessoas da situação de pobreza extrema em que vivem e inicia como extensão do Programa Bolsa Família. Desse modo, com base nas pesquisas realizadas pelo IBGE e pelo IPEA (2011), o governo estimou em 8,6% o número de pessoas em condições precárias no Brasil².

Os critérios que o governo adotou para definir a extrema pobreza são: cidadãos que vivem com renda de até 70³ reais por mês e que não têm acesso a banheiro exclusivo, bem como à rede de esgoto ou de água. Assim, se apontou a necessidade de criação de políticas voltadas tanto para o campo, quanto para a cidade.

Para Ugá (2004, p.55) o conceito de pobreza, tal como utilizado na literatura das Ciências Sociais, confunde-se com aquele apresentado nos relatórios do Banco Mundial. Este corresponde ao período neoliberal que, “ao priorizar os pobres como alvo de suas políticas, implica o deslocamento da política social da noção universalizada de direito e, em última instância, sugere a supressão da ideia e da realidade da cidadania social”. Também pode ser entendido como um fenômeno multidimensional, no que se refere à falta do necessário para o bem-estar social (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Em 1990 o Banco Mundial define pobreza como a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (Banco Mundial, 1990 citado por UGÁ, 2004). Este pode ser entendido pelo consumo, ou seja, a despesa necessária para que o indivíduo tenha um padrão mínimo em nutrição e de outras necessidades básicas e também com uma determinada quantia que possa permitir a participação na vida cotidiana da sociedade, para cada país ou região (UGÁ, 2004, p.58). O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2000/2001, p.34), do Banco Mundial, apresenta que

² Disponível em <http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/brasil/politicas-publicas.html>. Acesso em 26.mar.2016.

³ Corresponde a aproximadamente US\$ 17,23, para o período de estudo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

os fatores determinantes para a pobreza são compreendidos em múltiplas dimensões ou em termos de recursos, dos rendimentos e da sua volatilidade.

Para Feltran (2014) os métodos analíticos, ao definir a pobreza, conduzem a um desentendimento entre a teoria e a empiria. Desse modo, a categoria “pobreza” não dá conta da realidade ao homogeneizar tudo sob um mesmo entendimento. Quando se considera nosso foco de estudo, da transferência de renda para famílias rurais que vivem em situação de extrema pobreza em regiões de florestas, este debate sobre pobreza avança no que vem sendo discutido pela literatura.

Assim, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) faz parte do Plano Brasil sem Miséria e é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com órgãos e instituições parceiras. Corresponde a um programa de transferência de renda para famílias que vivem em situação de extrema pobreza e que desenvolva atividades de conservação em áreas com florestas. Desse modo, o trabalho pretende apresentar tais aspectos pontuados as características do Programa Bolsa Verde, nos critérios para a aplicação das condicionantes na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no município de Bragança-PA.

III. Metodologia

O estudo, de base qualitativa, analisa a questão na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, localizada no Município de Bragança, no Estado do Pará, na Amazônia brasileira.

A base empírica da pesquisa foi constituída por: fontes primárias - entrevistas e observação participante; e complementadas por fontes secundárias – com coleta de dados institucionais em plataformas governamentais.

As entrevistas foram realizadas com o Presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) e sete beneficiários do Programa Bolsa Verde, localizadas em quatro comunidades, que territorialmente se dividem em dois polos: o “Polo de Ajuruteua” (comunidades internas na área da RESEX), com seis entrevistados; e um no “Polo Cidade” (comunidades em seu entorno).

Em conjunto com os dados oficiais apresentados pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e MMA (Ministério do Meio Ambiente) foi possível uma análise



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sociológica sobre o processo de implantação do PBV, enfatizando-se a percepção de moradores e usuários da unidade de conservação em tela e também observar alguns descompassos entre as proposições e efetivação dessa incipiente política.

V. Sustentabilidade social e ambiental: percepções sobre o Bolsa Verde

Entre os objetivos específicos deste trabalho está, apresentar de que forma os beneficiários utilizam os recursos do Bolsa Verde. A transferência é realizada pelos repasses trimestrais de R\$ 300 (trezentos reais) a cada indivíduo. Para conhecer a utilização do recurso, é importante entender essa estrutura geográfica no qual as comunidades estão inseridas, daí a importância didática e metodológica da Figura 1.

Tendo em consideração as 57 comunidades que compõem a RESEX, 54 fazem parte das comunidades do seu entorno e 3 da área interna da Unidade de Conservação (A linha laranja do mapa segue a delimitação da RESEX, conforme a Resolução Nº 08/2011).

Deste modo, conforme a metodologia apresentada: foram entrevistados seis beneficiários das 3 comunidades dentro da área da RESEX (Campo do Meio, Vila do Bonifácio e Vila dos Pescadores do Polo de Ajuruteua, respectivamente os pontos verde, amarelo e laranja do mapa) e 1 que faz parte de uma comunidade ao entorno (Bairro Perpétuo Socorro no Polo Cidade, ponto vermelho do mapa da Figura 1).

A própria localização das comunidades já apresenta algumas diferenças, principalmente no acesso ao serviço bancário, visto que o próprio recebimento do benefício, realizado pela Caixa Econômica Federal, possui uma agência no centro de Bragança, que atende todo o município.

Assim, o primeiro gasto dos beneficiários está no próprio saque do valor, pois as comunidades do Polo de Ajuruteua devem gastar o equivalente a R\$ 12,00⁴ (valor de uma passagem de ônibus - ida e volta), no qual a distância é de aproximadamente 32 Km do polo ao centro. Situação diferente do Polo Cidade, que está localizado próximo ao centro, mapa da Figura 1.

⁴ Corresponde a aproximadamente US\$ 2,95 dólares, no período do estudo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

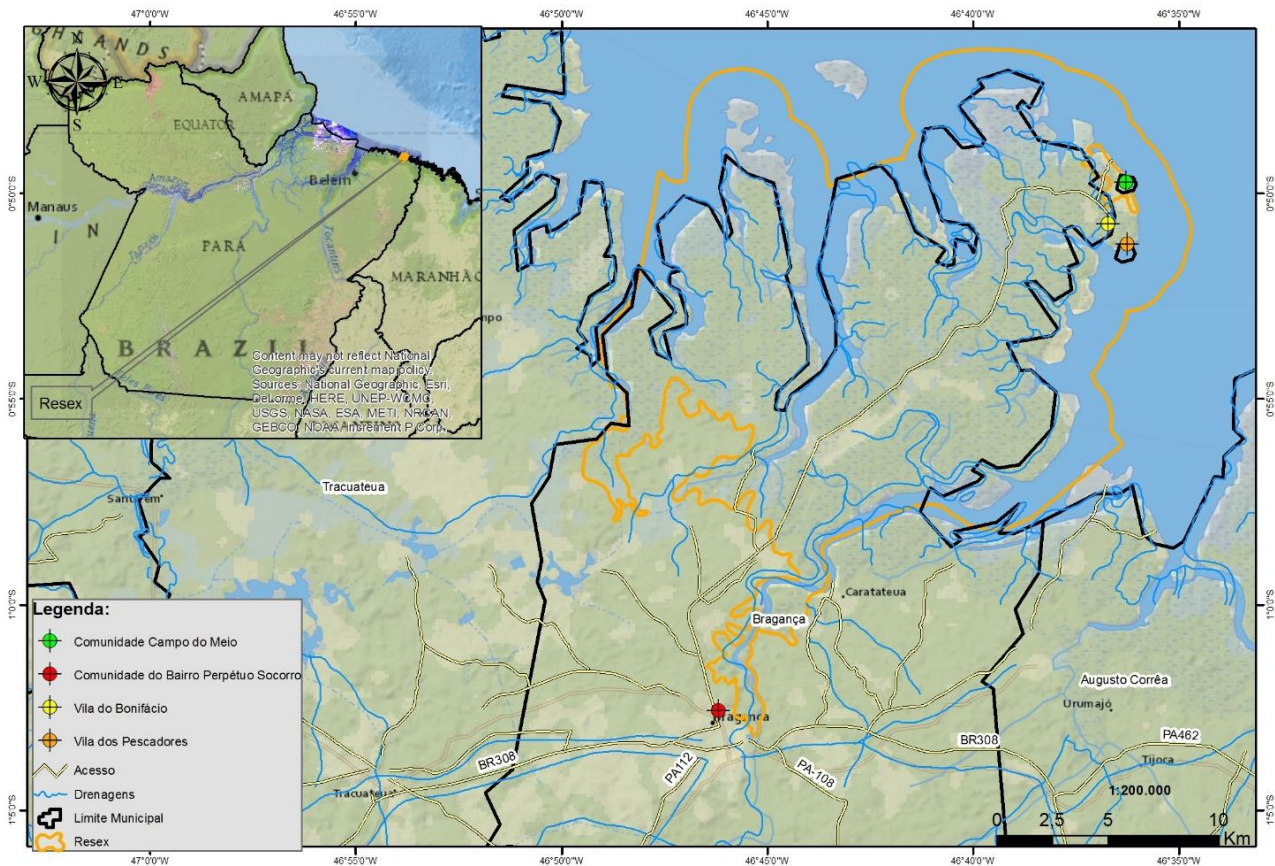


Figura 1 – Mapa de localização das comunidades em que os beneficiários entrevistados moram.

Fonte: Google Earth e ICMBio, 2016.

Elaboração: Lilian Tavares, 2016.

Além disso, outros aspectos devem ser levados em consideração, segundo um dos entrevistados, o Bolsa Verde acaba contribuindo na renda da sua família de modo que:

É uma renda que dá para a gente alcançar hoje alguns objetivos que a gente não podia com o dinheiro que a gente extraía da pescaria, que na época era muito pouco, e o Bolsa Verde a gente já pode fazer até mesmo plano, fazer um planejamento com aquela renda, e isso daí ajudou muito com as coisas que a gente conseguiu através do Bolsa Verde (José, 2016).

A renda do Bolsa Verde proporciona também o acesso aos bens materiais, tanto de utensílios de trabalho, como apetrechos de pesca ou também calçados, roupas e alimentação, estes estão entre



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

os mais citados na pesquisa. Porém, cabe enfatizar o que pode ser considerado fundamental, pois se refere a bens básicos que todo cidadão deveria ter o livre acesso, neste caso a água potável.

Este problema foi identificado quando se questionou sobre quais os principais problemas da comunidade do entrevistado Já no Polo de Ajuruteua foi uma indicação unânime o acesso à água potável, como principal problema.

A partir dos dados oficiais disponibilizados pelo último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, podemos entender o problema da forma de abastecimento de água nas zonas rurais. Em Bragança, apenas 11,9% dos domicílios são atendidos pela rede geral de distribuição, e este percentual se concentra na zona urbana, com 50,98% de domicílios atendidos. O maior percentual de abastecimento de água nos domicílios é na forma de poços ou nascentes, que na zona rural representa 81,14%, e 48,13% da zona urbana. Um dos grandes problemas dessa forma de abastecimento é a falta de um tratamento correto na água consumida, que pode ocasionar diversas doenças.

Por não ter água potável nestas comunidades, esta é basicamente utilizada para outras tarefas, como tomar banho, lavar roupa, mas para o consumo é necessário adquirir a partir de um fornecedor que a comercializa. Segundo os entrevistados, o fornecedor traz, em um carro, uma caixa d'água com água de um poço artesiano. Ao chegar à comunidade é ligada uma bomba para encher os recipientes, e o valor varia de acordo com o tamanho do recipiente.

Para entender o que o valor do benefício do Bolsa Verde representa, se calculou, a partir da média de consumo de uma família entrevistada, na comunidade de Vila dos Pescadores. Aqui, o consumo se baseia no valor de 6 reais cada “camburão” de 20 litros; assim, ao fim de 3 meses o consumidor irá gastar o total de R\$ 144,00, o que representa 48% do valor recebido trimestralmente pelo Bolsa Verde. Desta reflexão podemos entender o que representa tal problema e ao mesmo tempo a contribuição daquele valor para as famílias.

Refletindo a partir das informações dos entrevistados, podemos perceber que o caráter de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) fica em segundo plano. Considerando que os entrevistados que conheciam o objetivo do PBV, conforme estabelecido na legislação, são os mais



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

envolvidos com sua gestão na RESEX, no caso, o representante do comitê local e o secretário da Associação.

Dos beneficiários entrevistados, os que não fazem parte de representações locais, ou não estão envolvidos diretamente na vida política da RESEX, não conseguem explicar os critérios e objetivos do programa, tanto em seus aspectos sociais, quanto em seu caráter ambiental.

Podemos observar que, os compromissos com a preservação do meio ambiente acabam sendo para todos os usuários da RESEX, não apenas dos beneficiários do PBV, ou seja, pelo Plano de Utilização da RESEX “todos os extrativistas são considerados co-autores e co-gestores na gestão da RESEX, sendo responsável pela execução do mesmo (ICMBIO, 2012, p.14)”. Neste aspecto o problema dos “caronas”, apresentados por Sawyer (2011), é possível de ser interpretado no exemplo da RESEX, já que mesmo os que não recebem o recurso do PBV devem cumprir os mesmos objetivos.

Como tal, podemos entender que o Programa Bolsa Verde tem representado um importante papel ao contribuir com a renda das famílias. No entanto, os aspectos de infraestrutura se apresentam como um dos fatores que devem ser observados pela política, para que possam permitir o acesso aos serviços básicos à todos os beneficiários da RESEX.

VI. Conclusões

Entender o processo da gestão e do funcionamento do Programa Bolsa Verde nos permitiu perceber algumas implicações quando este se coloca no exemplo de uma Reserva Extrativista, como a de uso sustentável.

O Programa Bolsa Verde é uma política recente, cujo caráter de pagamento por serviço ambiental tem como proposta reduzir o número de famílias que vivem na situação de extrema pobreza e ao mesmo tempo frear os impactos destrutivos ao meio ambiente. Assim, diversos países adotaram esse tipo de política pública como mecanismo para remunerar os agentes que fazem parte da proteção do meio ambiente. Nesse estudo, destacam-se os usuários da RESEX, que cumprem os critérios estabelecidos.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A política se apresenta ainda como um desafio ao aliar a sustentabilidade e políticas públicas que privilegiam o uso sustentável e a complementação da renda das famílias. Já que a categorização da “pobreza”, segundo Feltran (2014), não dá conta da realidade. Desse modo, uma política pública, como o PBV, não abrange o universo em que está sendo inserido.

Os problemas apresentados durante o trabalho, como o acesso à água potável e o acesso à agência bancária, são questões que a gestão local poderia propor soluções, como, talvez uma articulação com o governo do Estado ou com prefeitura municipal, para desenvolver uma rede de tratamento de água para todas as comunidades da RESEX, tanto as internas quanto as do entorno.

É importante entender a perspectiva dos atores no contexto no qual vivem para assim propor políticas e soluções que se adequam a cada realidade, principalmente quando se refere à diversidade amazônica.

Com este trabalho foi possível observar alguns descompassos entre as proposições e efetivação dessa política que foi implantada à 6 anos, pouco tempo para se pensar numa mudança radical das práticas, mas tempo suficiente para perceber alguns atitudes que possam desviar a finalidade dessa política de conservação ambiental. Duas principais questões se caracterizam como importantes nessas políticas voltadas para populações rurais: a primeira refere-se a extrema pobreza que grande parte dessa população vive, devendo-se adequar a realidade dessa população; segundo, os fatores climáticos ou ambientais aos quais a política é aplicada, no caso desse trabalho é a região amazônica. O que deve requerer da política e de seus gestores a adequação a multiplicidade de atores e práticas sociais que compõem a região amazônica, sendo fundamental a participação efetiva da população local, em particular as populações tradicionais, efetivamente como sujeitos de direitos.

Conclui-se, assim, que esses são fatores relevantes à diferenciação de atores sociais, e, portanto de interesses conflitantes no mesmo espaço em que se inserem, que são agrupados na categoria genérica de beneficiários. Deve-se considerar também que, entre os dois eixos de desenvolvimento propostos nas políticas, o eixo da redução da pobreza tem se sobreposto ao da conservação. Paralelamente, numa perspectiva crítica, a categoria cidadão, que supõem pessoas portadoras de direitos, coloca-se como um contraponto as proposições normativas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VII. Bibliografía

- Andrade, A. dos P. S. de. Programa Bolsa Floresta: a inserção dos moradores da comunidade Bela Conquista da Reserva extrativista Catua-Ipixuna - Am. Manaus: UFAM/ICHL, 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.
- Banco Mundial. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta contra a pobreza – Panorama Geral, 2001. Washington, D, C. ISBN 0-8213-4823-8. Disponível em <http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WSP/IB/2007/09/12/00020953_20070912110712/Rendered/PDF/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.
- Brasil. Constituição Federal 1988. Cap. VI – Do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_225_.asp> Acesso em: 20 jan. 2016.
- Brasil. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2016.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Programa de apoio à conservação ambiental – Bolsa Verde: erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente – histórico, gestão e monitoramento, balanço geral. Brasília: MMA, 2012a.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Relatório Bolsa Verde. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>>. Acesso em: 05 Set. 2015.
- Bursztyn, M.; Bursztyn, Maria A. Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- Cabral, P. G. F; Oncala, A. A.; Gaivizzo, L. H. B.; Apoloni, R. C. PROGRAMA BOLSA VERDE: Erradicação da Extrema Pobreza e Conservação Ambiental. (PARTE II) In BRASIL,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. O Brasil sem Miséria, Brasília: MDS, 848 p., 2014.

Crespo, A. P. A.; Gurovitz. (2002) A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-Eletrônica*, v.1, n.2, jul-dez. Disponível em: <
<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=P%DABLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>> Acesso em 28, jan., 2016.

Feltran, G. de S. (2014). O VALOR DOS POBRES: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, n.72, v.27, p.495-512.

ICMBIO, 2012. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperuçu – Volume 1 – Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília, 109 p.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

Ministério do Meio Ambiente. Bolsa Verde: Erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente, 2013, 98 p.

Sawyer, D. (2011). Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? In: Política Ambiental: Economia verde: Desafios e Oportunidades, nº 8, Junho. Belo Horizonte: *Conservação Internacional*.

Scotto, G.; Carvalho, I. C. de M.; Guimarães, L. B. Desenvolvimento Sustentável. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

Simão, G. L.; Jacovine, L. A. G.; Silva, E. A. (2013). Programa Bolsa Verde do Governo Federal Contexto e Desempenho. *Revista de Política Agrícola*. Ano XXII – No 4 – Out./Nov./Dez.

Ugá, V. D. (2004). A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Rev. Sociol. Polít*, Curitiba, nº 23, p. 55-62, nov.